

Os Apinayé: informações sócio-históricas

Francisco Edviges Albuquerque¹

Resumo – Neste trabalho tratamos dos aspectos sócio-históricos da sociedade Apinayé, que pertence ao Tronco Macro-Jê e à família lingüística Jê, falada por aproximadamente 1786 pessoas. Localizada em 15 aldeias, norte do Tocantins. Para análise de nossos dados, levamos em consideração o contato com a sociedade envolvente, a ocupação das terras, a trajetória histórica das aldeias, os grupos sociais, o grupo familiar, o dualismo e suas metades Kooti e Koore, que aparecem para realinharem as relações sociais desse povo, em termos de princípios que atravessam toda a sociedade, orientando as dimensões dos seus membros para as dimensões mais universais e coletivas do sistema Apinayé.

Palavras-chave – Contato. Sociedade envolvente. Sociedade Apinayé.

A ocupação da comunidade Apinayé era o pontal entre o rio Tocantins e o baixo Araguaia. A trajetória histórica dos Apinayé não informa se essa região por eles ocupada teve, anteriormente, outros habitantes. Os Apinayé afirmam que, em alguns lugares perto da antiga aldeia (denominada Gato Preto)², encontravam-se muitos fragmentos de louças, alguns com ornamentos plásticos, à superfície da terra. Isto leva a crer que, mesmo que por pouco tempo, essas terras tenham sido habitadas por índios de outras culturas.

Os Apinayé apareceram pela primeira vez, sob esse nome, em fins do século XVIII, e segundo Villa Real datam de 1793 as primeiras notícias sobre os Pinagé ou Pinaré. Índios

muito fortes e mais trabalhadores que os Karayá, dedicavam-se à lavoura e tinham grandes plantações de mandioca. Consta que, naquela época, os Apinayé viviam às margens do Araguaia, embora suas habitações não tenham sido localizadas nas praias desse rio. Consta também que, durante o primeiro contato com os não-índios, os Apinayé possuíam embarcações próprias, estando familiarizados com as navegações dos rios Araguaia e Tocantins.

As embarcações dos Apinayé eram do tipo “ubá”, como as dos Karajá e Guajajara, construídas de troncos de árvores escavados. Nimuendaju (1983, p. 3) relata que os Apinayé eram a única tribo Timbira a fabricar tais embarcações. Para o autor, provavelmente, os Apinayé aprenderam a arte de navegar dos Xambioá-Karajá. Sendo que, mais tarde, com a colonização desses grandes rios, os Apinayé teriam recuado para as matas ciliares, abandonando a navegação.

O final do século XVIII, mais precisamente a partir de 1797, marca, de acordo com Nimuendaju (1983, p. 4), o período de contato permanente dos Apinayé com a sociedade não-indígena, conforme apontam os dados que se seguem:

a) em 1797, o governo do Pará funda, nas margens do Araguaia, o posto militar de São João do Araguaia, deflagrando uma luta sangrenta entre os Apinayé e os soldados da guarnição do posto. Os índios mataram quase todos os soldados;

b) em 1816, foi fundado, no território Apinayé, o povoado de Santo Antônio, abaixo da cachoeira das Três Barras; nesse local, em 1824, já moravam 150 índios e 81 não-índios. Tal povoado, em 1831, foi incorporado a São Pedro de Alcântara, recebendo, posteriormente, o nome de Carolina;

c) em 1817, os Apinayé foram vítimas de uma epidemia de varíola, proveniente de Caxias do Maranhão e espalhada pelo sertão afora pelos Canela;

d) em 1818, os Apinayé fizeram as pazes com Plácido de Carvalho, fundador de São Pedro de Alcântara, com quem haviam rompido devido a contendas locais; viviam em três aldeias, eram tidos como pacíficos e auxiliavam os viajantes na travessia das cachoeiras. Nessa mesma época, existia uma forte rixa entre duas figuras importantes na região, Antônio Moreira e seu rival José Maria Belém; este recebia auxílio do Pará, enquanto aquele era apoiado pelo governo de Goiás. As intrigas entre esses dois mandões só terminariam em 1827;

e) em 1822, foi feita a declaração de independência do Brasil, mas, no território maranhense, as forças portuguesas conseguiram se manter até 1823. No rio Tocantins, nessa época, o major Francisco de Paula Ribeiro se encontrava com 76 homens. Contra eles se dirigiram 470 não-índios de Pastos Bons, sob comando de José Dias de Mattos, a quem os Apinayé ofereceram uma força auxiliar de 250 guerreiros. Na ilha da Botica, às margens do rio Tocantins, a pequena força portuguesa foi obrigada a lutar.

Apesar da guerra e da varíola, os Apinayé formavam, na ocasião, uma das comunidades indígenas mais numerosas da região, totalizando 4200 integrantes. Em 1859, uma das três aldeias das então existentes foi visitada por Vicente Ferreira Gomes, que calculou o número total de índios entre 1800 a 2000. Em 35 anos, entretanto, esse total diminuiu para menos da metade. Em 1897, somavam apenas 400 habitantes. Sendo que, em 1828, os índios Apinayé totalizavam apenas 150 pessoas.

Nome

De acordo com a literatura Apinayé, o nome da comunidade foi citado pela primeira vez, na forma de *pinarés* e *pinagés*, passando, posteriormente, para Apinayé. Nimuendaju (p. 3) afirma não ter nenhuma explicação para esse nome. Segundo o autor, o sufixo pessoal *-yé*, das línguas Timbira orientais, soa no próprio Apinayé como *ya*. Há uma hipótese de que o nome tenha sido dado pelos Timbira, não sendo, portanto, uma autodenominação primitiva dessa tribo. Além do nome tribal Apinayé, existem outros – tanto na própria comunidade como entre os Timbira orientais – derivados da palavra que significa “Canto” ou “Pontal”. Apinayé: “ôd”, “ôdo”; Timbira oriental: “hot”, “hôtô”, referindo-se à sede no pontal formado pelos rios Araguaia e Tocantins. Os próprios Apinayé usam a forma “ôti” para Pontal Grande; os outros Timbira usam “hôti Ahôtiyé”. Os Kayapó setentrionais, porém, referem-se aos Apinayé, usando o termo “Ken-tug”, que significa “pedra preta” ou “serra negra”.

Ocupação das terras Apinayé

Na região do Araguaia, os índios habitavam as duas margens, desde São João até a aldeia Cocal Grande. Porém, as lutas com os “civilizados” fizeram com que os Apinayé se concentrassem às margens do Tocantins. Na medida em que a área indígena era invadida por fazendeiros e povoados, os índios migravam das aldeias, muitas vezes para trabalharem para os fazendeiros, outras tantas porque estes se aproximavam tanto das aldeias que os Apinayé não tinham como sobreviver com o que sobrava das terras que lhes eram retiradas. Apesar

disso, os Apinayé resistiram às invasões, cada vez maiores, apegando-se à sua cultura e ao seu território, procurando ajuda junto às autoridades, como o presidente da República, e ao Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Entretanto, de acordo com Villa Real (*apud* Nimuendaju, 1983, p. 9), o abandono das aldeias e a diminuição da população no início do século XX deram margem para que os fazendeiros se considerassem os verdadeiros donos das terras indígenas.

Conforme relatado em Nimuendaju, a existência dos índios Apinayé no extremo norte do Tocantins é conhecida desde o século XVIII, quando os rios Araguaia e Tocantins começaram a ser navegados por jesuítas e bandeirantes. O território tradicional dos Apinayé ia desde o pontal entre os rios Tocantins e Araguaia até a bacia do rio Mumbuco (afluente do Tocantins) e na cachoeira dos Martírios (rio Araguaia). A ocupação da área indígena envolveu os Apinayé na economia, costumes e também nas intrigas com os ditos civilizados.

De acordo com o Boletim nº 22/82 da Fundação Nacional do Índio – FUNAI em 1926 os Apinayé tiveram o primeiro contato oficial com o SPI, e em 1944 fundou-se o Posto Indígena Apinayé mas continuando a área indígena sem demarcação.

DaMatta (1976, p. 36-37) informa que o território Apinayé começou a ser ocupado por uma fronteira de expansão pastoril cuja população era bastante rarefeita. Assim, a ocupação deve ter deixado abertos alguns bolsões onde a população indígena conseguiu sobreviver. Isso deve ter facilitado a não destruição da vegetação da área, pois, segundo o autor, no século XIX o babaçu começou a ser explorado mais intensamente, enquanto que o gado e a lavoura passaram para um plano complementar.

Na região, além da expansão pastoril, outro fator que atraía a cobiça dos regionais eram os babaçuais indígenas. A industrialização da amêndoa do babaçu em Tocantinópolis passou a requerer uma grande quantidade de matéria-prima para extração do óleo e fabricação de sabão, e os índios só colhiam o suficiente para comprarem os produtos de consumo nas aldeias para subsistência do grupo.

Segundo o Boletim da Fundação Nacional do Índio, o processo de ocupação da área por fazendeiros da região se intensificou com a implantação do projeto de desenvolvimento na região e de grandes rodovias como a Belém-Brasília e a Transamazônica, esta localizada somente a um quilômetro da aldeia São José. Portanto, a não-demarcação da reserva indígena facilitou e estimulou a ocupação da área por parte dos fazendeiros e posseiros.

Conforme já assinalamos, os índios Apinayé começaram a ser integrados à história do Brasil com a ocupação do sertão nordestino e com a intensificação da navegação do rio Tocantins. A ocupação do sertão do Maranhão, da Bahia e do Piauí é consequência da criação extensiva de gado que, no Período Colonial, servia para alimentar as populações dos engenhos litorâneos. Esse gado, porém, avançou pelos sertões até chegar ao sertão goiano, atual Tocantins, na região onde se achavam os índios. A frente pastoril, como salienta Melatti (p. 185), caracteriza-se pela criação de gado que avança pelos territórios indígenas, a fim de tomar suas terras para usá-las na expansão do rebanho.

A história dos Apinayé, desta forma, é a história da ocupação do norte de Goiás por representantes de uma frente

pastoril e de outra que utilizou o rio Tocantins e que, certamente, era constituída de remanescentes das zonas de mineração do sul de Goiás.

Segundo Nimuendaju (1983, p. 18), apesar de manter um contato prolongado com a sociedade brasileira, os Apinayé se distinguem dos regionais por alguns traços que tendem a desaparecer. No caso masculino são os cabelos (maiores que os usados no sertão), os furos dos lóbulos das orelhas (somente encontrados nos homens mais velhos da comunidade) e, no caso das mulheres, a vestimenta que deixa o busto nu, exceto quando vão a Tocantinópolis e as outras cidades vizinhas.

Atualmente, as terras indígenas Apinayé sofrem a interferência direta de rodovias: TO 126 que liga os municípios de Tocantinópolis e Maurilândia, seccionando toda a reserva no sentido norte-sul; a TO 134, trecho Angico entroncamento BR 230; e a Transamazônica, com 9 aldeias localizadas ao longo de seu eixo, estão localizadas nove aldeias: São José, Patizal, Cocalinho, Buriti Comprido, Palmeiras, Prata, Serrinha, Cocal Grande e Boi Morto. Já ao longo da BR 126, estão localizadas as outras seis aldeias: Mariazinha, Riachinho, Bonito, Brejão, Girassol e Botica. Localizam-se na região compreendida pela confluência dos rios Tocantins e Araguaia, com uma população aproximada de 1597 índios distribuídos em 15 aldeias.

Trajetória histórica das aldeias Apinayé

De modo geral, as comunidades indígenas brasileiras recebem a denominação de tribos. Essas tribos são definidas por uma série de características comuns. Para Melatti (1993, p. 71),

trata-se de um grupo de pessoas cujas aldeias ocupam uma área contígua, falam a mesma língua e possuem os mesmos costumes. Os atuais índios brasileiros não possuem aldeias cercadas e as tribos diferem entre si quanto ao modo de construí-las: diferem no tamanho, na forma e na disposição das casas.

De acordo com Melatti (1993, p. 73), a maioria das tribos atuais constrói aldeias em forma de círculo, como é o caso dos Borôro, os índios do Alto Xingu, os Yanoâma da bacia do rio Negro e os Timbira, dos quais os Apinayé fazem parte, e muitos outros. Os Borôro têm no centro da aldeia uma casa destinada aos rapazes: a casa dos homens. Por outro lado, a casa dos homens já não existe mais nas aldeias Timbira. Os índios do Alto Xingu têm no centro a gaiola do gavião real. Há também índios que não constroem as aldeias em forma de círculo, como é o caso dos Xerente e dos Karajá-Xambioá.

Mellati (1993, p. 74) afirma que, no caso dos índios brasileiros, as aldeias formam uma unidade politicamente independente, uma vez que parece não haver chefes ou conselheiros que dirijam mais de uma aldeia.

Deste modo, quando os Apinayé se referem à própria sociedade, sempre destacam a aldeia como uma unidade fundamental. Segundo Da Matta (1976, p. 61), diferentemente de outros grupos tribais, que ao falar de sua vida social tomam como referência algum grupo, os Apinayé sempre, e invariavelmente, focalizam a comunidade da aldeia.

Da Matta (p. 41) confirma que, a julgar pelos dados demográficos, a ocupação do território Apinayé, embora acontecido de modo lento, não deixou de causar efeitos drásticos na população da tribo que, em menos de meio século,

foi bastante reduzida. Mas o fato de estarem numa área de pouco valor econômico salvou os Apinayé de um processo maciço de interação com a sociedade regional, dando-lhes tempo para se recuperarem dos efeitos da depopulação. Para comprovar tais fatos, apresentamos os dados apontados por Nimuendaju e Da Matta:

– Em 1928, a comunidade Apinayé era composta de quatro aldeias: Mariazinha, Cocal, Gato Preto e Bacaba;

– **Mariazinha** era a aldeia mais próxima do rio Tocantins, a cinco quilômetros da cachoeira das Três Barras. Em 1824, havia um total de 1000 índios. Em 1928, havia apenas 14 habitantes residentes em duas casas. Em 1837, esse número cai para cinco habitantes. Em 1962, observa-se uma elevação no número de habitantes: 57 habitantes em nove casas. Em 1967, já somam 92 habitantes em 16 casas.

– **Cocal** situava-se entre Boa Vista e São Vicente, nas proximidades do Araguaia. Em 1842, contava com 1400. Em 1828, existiam apenas três casas e 25 habitantes. Em 1937, ainda existiam as casas, mas se encontravam quase desabitadas, servindo aos vizinhos não-índios.

– **Gato Preto** localizava-se às margens do ribeirão Botica. Em 1928, possuía sete casas e 61 moradores. Em 1937, a população tinha aumentado para 80 habitantes. Nimuendaju (1983, p. 12), ao se referir a esta aldeia, deixa claro o problema do alcoolismo, quando afirma que as condições da aldeia poderiam ser melhores se o cacique, Pedro Corredor, cuidasse de conter o alcoolismo.

– **Bacaba** situava-se na confluência dos ribeirões São José e Bacaba a 18 km de Boa Vista (Tocantinópolis). Nimuendaju (p. 17) relata que essa aldeia, em 1844, possuía 850 habitantes, residentes em 21 casas. O autor diz haver nessa aldeia, em 1895, 600 índios, morando entre 30 e 40 casas. Já em 1928, havia apenas 50 índios nessas mesmas casas. Em 1937, a população aumentou para 80 pessoas, em sete casas. Porém, em 1962, existiam 150 índios, distribuídos em 20 casas. Com o passar do tempo, a população dessa aldeia apresentou um crescimento populacional bastante significativo, pois em 1967 havia 161 índios, habitando 20 casas.

Apesar do número muito reduzido de índios, em 1931 os Apinayé festejaram várias cerimônias no estilo antigo, por iniciativa dos próprios índios. Em 1937, celebraram, pela primeira vez, a iniciação dos novos guerreiros. A principal dificuldade para o cumprimento dos usos e costumes antigos entre o Apinayé era o número diminuto de habitantes. Não se podia mais contar com os pequenos grupos de Cocal e Mariazinha. Bacaba e Gato Preto somavam apenas 150 índios, sendo a distância entre uma e outra de cerca de 20 quilômetros, o que também dificultava o contato entre essas aldeias.

Os Apinayé tinham por costume localizarem suas aldeias em campos abertos, muito próximas dos ribeirões perenes, nunca em matas fechadas. A tradição Apinayé aponta para a construção de casas regulares, feitas de barro batido ou de palha, com cumeeira e cobertas de palhas de palmeiras da região. Às vezes encontram-se casas com paredes internas de esteiras de palha de babaçu. Os Apinayé dormem em jiraus ou esteiras de buriti, uma para cada casal.

Desta forma, segundo Nimuendaju (p. 26), duas personalidades ainda têm papel importante nas aldeias Apinayé que conservam a organização social antiga: o chefe (*paiti*) hoje, o cacique, e o conselheiro (*Kapél-txwúdn*) ou orador.

O chefe da comunidade é sempre um membro da metade Kolti. Assim determinou o deus do sol (*mbud-ti*), quando juntamente com o deus da lua (*mbuduvri-re*) levantou a primeira aldeia (falaremos sobre o dualismo Apinayé mais adiante).

Da Matta (1976, p. 46) explica que, apesar de os dados demográficos indicarem que a população Apinayé está crescendo, a história da tribo revela uma tendência no sentido da redução, entendendo-se o termo *redução* como referindo-se não somente ao decréscimo da população, mas também ao número de aldeias e à própria diversidade cultural que, no passado, existia entre os índios e não-índios. Tal diversidade foi abalada devido à proximidade física da cidade de Tocantinópolis e às excelentes vias de comunicação, que passaram a favorecer os contatos entre os índios e não-índios, colocando os índios como produtores regionais de babaçu, uma vez que o coco babaçu serve como elemento básico de integração dos Apinayé na estrutura regional.

Em 1992, conforme relatório geral da Fundação Nacional do Índio, os índios Apinayé estavam distribuídos em seis aldeias, conforme descrito a seguir.

a) Aldeia São José

—Esta aldeia passou por quatro mudanças, porque os índios tinham divergências políticas entre suas facções. A antiga São Josezinha possuía apenas três casas e

tinha como líder José Dias Roxo, que ao se reunir com um outro índio, de nome José Grossinho, tentou reunir os Apinayé em apenas um grupo, pois os índios eram poucos e estavam muito divididos. Fundaram, então, a aldeia Velha. Porém, as divergências continuaram e, com isso, Grossinho juntou-se a Romão Sotero Apinayé que, em 1983, fundou a atual aldeia São José, sendo cacique durante muitos anos. Romão Sotero Apinayé continuou sendo uma das maiores lideranças dessa aldeia, que ainda está situada às margens do ribeirão grande, a 1000 metros da Transamazônica. A aldeia São José, naquela época, era composta por 22 famílias, com uma população aproximada de 250 índios, tendo como cacique Camilo Apinayé. Esta aldeia continua pertencendo à sede do PIN (Posto Indígena) São José.

b) Mariazinha

– Fundada em 1980, por Alexandre Apinayé, localiza-se na TO 126 que liga Itaguatins a Tocantinópolis, próxima ao Rio Tocantins. É formada por vinte casas, em forma retangular, e não possui pátio. Possui apenas uma casa denominada Redondo, local onde são feitas as reuniões da comunidade. Conta com uma população aproximada de 120 índios, tendo como cacique José Ribeiro Apinayé (Zé da Doca). É sede do PIN Mariazinha.

c) Cocalinho

– Fundada em 1986 pela índia Maria Barbosa, a única mulher Apinayé que teve grande liderança junto a esses índios. Posteriormente, foi liderada pelos irmãos

Sebastião Apinayé e Domingos Apinayé. Localiza-se no extremo norte do Tocantins, entre os ribeirões São Bento e dos Caboclos. É composta por 10 famílias que saíram da aldeia São José. Conta com uma população de 72 índios, tendo como cacique Domingos Apinayé.

d) Patizal

– Localizada nas proximidades da cabeceira do ribeirão Grande, é formada por 10 casas, com uma população de 76 índios. É fruto de divisão da aldeia São José, liderada pelo ex-cacique da São José, José Grossinho, em 1986.

e) Barreiro

– Atualmente Bonito, resultante de divisão da aldeia Mariazinha, em 1988. Está situada às margens do ribeirão Botica, possui apenas sete casas e uma população aproximada de 50 pessoas, tendo como líder o índio Cristino Apinayé.

f) Riachinho

– Surgiu a partir da divisão da aldeia Mariazinha em 1988. É composta apenas pela família do cacique Júlio Apinayé. Está localizada a quatro quilômetros da aldeia Mariazinha.

No início do século XX, os Apinayé abandonaram as margens do rio Araguaia, juntando-se aos índios da aldeia de São Martinho. Formaram, então, nova aldeia às margens do ribeirão São Benedito. Esta aldeia, segundo Da Matta (1976, p. 45), permaneceu até 1943, quando a febre praticamente dizimou a população, que tinha Pedro Laranja como líder. Numa tentativa

de salvar os que não foram vitimados pela epidemia, José Dias Mătyk, chefe da aldeia São José (Krijōbrêiré) foi buscar os índios sobreviventes.

Os Cōcōjōiré, subgrupo da Mariazinha, conforme o relatório geral da Funai, no início do século possuíam apenas uma grande aldeia, denominada Bonita. Em consequência de uma briga entre dois irmãos, esta se dividiu em dois grupos, indo um para as margens do ribeirão Pecôb e, outro, para o ribeirão Botica (antiga aldeia Gato Preto). Na década de 20, a aldeia do Pecôb foi abandonada, uma vez que seus moradores deslocaram-se para as margens do ribeirão Grande. Já a aldeia Gato Preto permaneceu na região de Botica até 1950, quando os índios a abandonaram e foram para Mariazinha.

De acordo com o relatório supracitado, os Krijōbrêjrê constituíam, no início do século XX, uma só aldeia, denominada Alegria, situada às margens do ribeirão Piraí, que era mais próximo de Boa Vista, atual Tocantinópolis. Assim, na década de 20, com a população muito reduzida, os Apinayé abandonaram a aldeia Alegria, procurando a região dos Ribeirões, Bacaba e São José, afastando-se das margens do Tocantins e cedendo suas terras aos povoados da região. A partir dessa década, então, a história dos Apinayé passa a se integrar à história de Tocantinópolis.

Ao longo dos anos de contato com a sociedade envolvente, os povos Apinayé vêm tentando manter-se enquanto comunidade minoritária, enfrentando conflitos tanto de ordem social quanto linguística, religiosa e cultural. Mesmo diante de tal situação, os Apinayé têm aumentado suas aldeias e consequentemente a sua população.

Como podemos observar, ao longo dos anos as aldeias Apinayé vêm se espalhando em toda extensão de seu território. Contudo, mesmo diante dessa situação, os Apinayé, segundo Da Matta (1976, p. 66), têm orgulho da forma de suas aldeias: embora elas não sejam mais fisicamente circulares, sua forma sociológica mantém o formato de círculo, mesmo em Mariazinha, que é uma aldeia em forma de rua. Assim, a aldeia para esses índios é como um diagrama em que se imprimem e se descobrem as relações dos homens com a natureza e as relações dos homens com as categorias que os governam.

Grupos sociais Apinayé

Para Da Matta (1976, p. 61), os Apinayé destacam três regiões ou domínios sociais muito importantes: o pátio (chamado por eles de *ingó* ou *me-ingó*); a região das casas (*ikré* ou periferia) e a região que fica fora dos limites da comunidade, mas está em sua volta (chamada de *atúk*, que significa *atrás*). Para os Apinayé, as aldeias são concebidas como estruturas concêntricas. Sendo que, além do plano concêntrico das casas, de acordo com o autor, é preciso levar em conta também seu aspecto diametral. Assim, no plano concêntrico, os elementos fogo, pátio, casas, aldeias, roças, índios mansos, água, índios bravos, civilizados, terra, céu, aldeia dos mortos e, finalmente, o sol e a luz, distribuem-se do centro para a periferia. Daí as oposições diametrais, homem/mulher, cru/cozido, água/fogo, dia/noite e sol/lua. É como se o dualismo concêntrico fosse destinado a permitir o estabelecimento de gradações, ao passo que o diametral tende a ser aplicado para dividir o mundo mais radical.

Os Apinayé contrastam a forma de suas aldeias com a das cidades do interior que, para eles, têm seu efeito urbano baseado em linhas de casas que crescem paralelamente a uma estrada ou a um rio, como é, sem dúvida, o caso de Tocantinópolis e dos povoados próximos às aldeias. Da Matta (1976, p. 67) relata o fato de os Apinayé comentarem que: “Enquanto as aldeias dos índios têm problemas para aumentar ou diminuir, as cidades dos não-índigenas crescem facilmente, pois trata-se apenas de colocar no final das linhas mais uma casa. Suas possibilidades de extensão são, portanto, infinitas aos olhos dos Apinayé. A forma urbana brasileira é considerada aberta, em oposição ao padrão Apinayé que é considerado fechado”.

Ainda segundo Da Matta (p. 68), ao descrever a morfologia da sociedade Apinayé, comenta: “Falar em sociedade Apinayé, implica para esses indígenas tomar a aldeia como ponto de referência e, posteriormente, fazer oposições entre grupos sociais e categorias, utilizando um eixo diametral ou eixo concêntrico. A ordem social é, pois, obtida pelas oposições e o dinamismo do sistema é dado pela passagem de uma a outra dimensão antitética”.

Desse modo, falar sobre o grupo social Apinayé é, de certa forma, estabelecer tais divisões e revelar o significado das passagens de um domínio a outro domínio do sistema. Nas palavras de Da Matta: “um desses domínios é o da periferia da aldeia, apresentado pelas casas e grupos domésticos. O outro é o da praça, centro ou pátio central, representado pelos dois pares de metades cerimoniais, Kolti e Kolre” (p. 103).

Grupo Familiar Apinayé

Para os Apinayé, os dois grupos melhor definidos na vida cotidiana são: (1) a família nuclear (composta por maridos, mulheres e filhos) e (2) a família extensa uxorilocal (composta por um casal, os maridos e os filhos de suas filhas).

Segundo Da Matta (1976, p. 68), embora haja casas sem famílias extensas, não há casa sem que haja pelo menos uma família nuclear. Conseqüentemente, homens e mulheres solteiros não têm o direito de construir casas para si próprios. A família nuclear é a unidade básica de reprodução e produção entre os Apinayé e, assim sendo, tem direito de usufruto sobre uma parte da terra, normalmente preparada e cultivada pelo marido e pela mulher, visando, sobretudo, aos seus filhos.

Tanto em São José quanto em Mariazinha existem mais casas ocupadas por famílias extensas do que por famílias nucleares. Para Da Matta (p. 69), a base da composição da família extensa é a residência uxorilocal para os homens, que assim deixam seus lugares em seus grupos natais para os maridos de suas irmãs. Deste modo, enquanto a família nuclear é um grupo em que pai, mãe e filhos se ligam uns aos outros de modo simétrico e complementar, na família extensa, o lado feminino é básico, pois é em volta dos laços mãe-filha que o grupo se constitui.

Por conseguinte, a casa, do mesmo modo que a aldeia, é motivada em termos de um lado cotidiano e privado, o seu lado de trás, e de um lado cerimonial e público, os caminhos (*ngó prú*) que levam ao pátio. Levando em conta essas divisões, os Apinayé chamam a parte da casa que sai para o pátio de *ikré*

kapême (frente da casa) e *ikré katúd-lé* (parte dos fundos). Da Matta (p. 75) explica que a parte da frente da casa pertence à aldeia e está ligada diretamente ao pátio central nos rituais; é a parte da frente da casa que é tomada como referência, sendo a parte de trás utilizada para as trocas diárias de comida e realização de trabalhos como, por exemplo, pilar arroz, descascar mandioca e extrair óleo do coco babaçu. Desta forma, enquanto a parte dos fundos da casa situa-se numa área marginal, nas fronteiras da sociedade Apinayé, a parte da frente está totalmente inserida no sistema social da comunidade Apinayé.

O sistema social Apinayé, segundo Da Matta (p. 95), é dividido em dois campos complementares: (1) o campo das relações domésticas (que unem os seus familiares) e (2) o campo das relações sociais ou cerimoniais (obrigações rituais e políticas relacionadas à comunidade). Na vida cotidiana, esses dois campos se cortam, mas a concepção desses campos como domínios divididos e separados é fundamental para a interpretação do mundo social Apinayé.

O dualismo Apinayé: metades Kooti e Koore

Pertencem a uma das metades Kooti e Koore, que lhes são transmitidas com os nomes, todos os índios Apinayé, de ambos os sexos. Muitas vezes, em virtude do recebimento de dois grupos de nomes, um índio pode pertencer a duas metades ao mesmo tempo. Para Da Matta (p. 100), isso não acarreta nenhum problema de divisão de lealdade ou personalidade. Pelo contrário, eles tomam essa possibilidade de escolha como uma vantagem e, desde que o índio duplamente filiado escolha o seu grupo durante um ato cerimonial, ele tem todas as prerrogativas

do grupo escolhido. Como esses grupos só entram em plena atividade durante as festas, a escolha não constitui um problema e a definição da filiação fica relegada a uma decisão contextual.

De fato, para os Apinayé, o sol e a lua são as duas entidades que criaram o universo e a humanidade, quando resolveram descer para a terra que estava imersa no caos. Entretanto, os Apinayé sempre se referem ao sol como o principal elemento. Foi ele quem teve a iniciativa de vir para a terra e é ele quem, geralmente, tem a primazia nas ações do mito que relata a criação do universo.

Para Da Matta (1976, p. 104), a divisão Kooti e Koore, como consequência, realinha relações sociais em termos de princípios que atravessam toda a sociedade Apinayé e assim levam a orientação dos seus membros para as dimensões mais universais e coletivas do sistema. Segundo este autor, os Apinayé ritualizam as relações categóricas de sua sociedade em pares opostos. Muitas vezes, as metades Kooti e Koore aparecem como times destinados a trazer toras para a aldeia, num jogo que é característico de todos os Jê do Brasil central. Segundo afirma Nimuendaju (1983, p. 106), as turmas competidoras são formadas pelos homens e moças das duas metades Kooti e Koore. A corrida é feita da mesma maneira que é feita pelos Timbira orientais e Xerente: do lugar da confecção das toras em direção à praça da aldeia. Os Apinayé, contudo, não usam, como os Xerente, uma tora para dois carregadores simultaneamente. Uma particularidade de certas corridas Apinayé é a de não depositarem o par de toras no chão, quando se preparam para o início da corrida, mas sim sobre dois pares de forquilhas.

A corrida, assim, sempre começa de fora para dentro da aldeia. Os Apinayé também fazem, segundo este autor, corridas sem grande ostentação, quando grupos de homens voltam para a aldeia, depois de qualquer trabalho comum.

Outra ocasião em que a divisão em metades Kooti e Koore era fundamental, segundo Da Matta (p. 105), era quando havia o período de iniciação entre os Apinayé (o que não ocorre mais hoje), durante as duas fases dos ritos de iniciação dos jovens Apinayé. Nessas ocasiões, não havia só a formação de times de corridas, mas também havia o uso de uma série de dimensões que distinguiam os dois grupos entre si, marcando as diferenças próprias de cada unidade. Logo que os jovens iniciados eram separados de suas casas maternas, na primeira fase das iniciações, essa divisão começava a ser imediatamente focalizada.

Notas

¹ Doutor em Letras pela UFF, Mestre em Letras e Linguística pela UFG, Coordenador do Laboratório de Línguas Indígenas de UFT/Campus de Araguaína e do Projeto de Apoio Pedagógico à Educação Indígena Apinayé. Professor Adjunto da UFT/Campus de Araguaína. Membro do Curso de Licenciatura Intercultural da UFG/UFT.

Referências Bibliográficas

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Boletim**, Brasília, n. 22, jul., 1982.

_____. **Relatório geral das atividades desenvolvidas pela Administração Regional da FUNAI – Araguaína**. Araguaína: FUNAI, 1976.

_____. **Relatório geral das atividades desenvolvidas pela Administração Regional da FUNAI – Araguaína de 21/03/1992.** Araguaína: FUNAI, 1992.

MATTA, Roberto da . **Um mundo dividido:** a estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis: Vozes, 1976.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

NIMUENDAJU, Curt. **Os Apinayé.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

VILLA REAL, Thomas de Sousa. Viagem pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho. **Revista do Instituto de História,** Rio de Janeiro, n. 11, 1793. (Suplemento).

